

---

# VIA-CRÚCIS, VIA EXPRESSA: DINÂMICAS POLÍTICAS E GRAMÁTICAS RELIGIOSAS NA PASSAGEM DA TRANSOLÍMPICA

*Frank Andrew Davies*  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro - Brasil



Legenda 1: Imagem de sobrevoio da Transolímpica em trecho que atravessa os bairros Magalhães Bastos (à direita) e Vila Militar (à esquerda), feita em agosto de 2015. No lado militar, a Igreja São José avizinha a nova via, que atinge o salão paroquial. Na foto, o salão ainda está de pé, mas no mês seguinte o edifício é demolido para a conclusão da nova via expressa, inaugurada parcialmente em julho de 2016. Foto de Rogério Silva publicada no dia 8 de agosto de 2015 em <http://on.fb.me/1U9Bs6f>, extraída da reportagem do telejornal RJTV, da TV Globo, que foi ao ar em 7 de agosto. Reportagem disponível em: <http://bit.ly/1JB9PvX>. Acesso em: 23/08/2015.

Ligando o Recreio dos Bandeirantes à Avenida Brasil, a Transolímpica faz um novo percurso pela zona oeste do Rio de Janeiro. A via expressa está sobreposta a um conjunto de onze bairros, atravessando-os através de pontes, túneis e estações de BRT<sup>1</sup>. No caso do bairro de Magalhães Bastos, os pilares do viaduto tornaram-se obstáculos à visão da Igreja, da estação de trem e do encontro entre as principais ruas do bairro. Por ali, nos últimos anos, andaimes, tapumes e inúmeras incertezas acumularam-se sob a espreita “do que estava por vir”.

Neste artigo apresento e analiso uma série de conflitos e negociações provocadas pelo percurso da Transolímpica em Magalhães Bastos, destacando as estratégias e as gramáticas acionadas por um grupo organizado de moradores, que nas interlocuções com agências estatais, logrou evitar a desapropriação de centenas de residências na localidade.

Através desse caso, agências e dinâmicas são descritas a fim de ilustrar o contexto de preparação da “região de Deodoro” como uma das “zonas olímpicas” da cidade. Mais do que espetáculos de longo alcance e forte apelo emocional e comercial, os megaeventos são também arranjos de coalizão de forças que produzem consensos por meio da ideia de “janela de oportunidade” e de “desenvolvimento” (Miagusko 2012). Colocando em curso uma série de projetos de “transformação” e “renovação urbana” – como a extensão do metrô e a criação dos BRTs (em inglês, Bus Rapid Transit) –, a “era dos megaeventos” revelou impacto considerável sobre o ordenamento da cidade e o redimensionamento dos seus fluxos e formas de mobilidade.

Ainda que antecipadas por estudos e planos elaborados pela Prefeitura<sup>2</sup>, a realização dos projetos de BRT trouxe surpresas nos anos prévios à realização dos eventos. No caso da Transolímpica, o prefeito Eduardo Paes anunciou em maio de 2010 um desenho inicial da via afirmando ser a “maior obra da cidade dos últimos 30 anos”<sup>3</sup>. A construção e a operação da Transolímpica seriam feitas por parceria público-privada, e a licitação prevista para o início de 2011. Entretanto o primeiro edital foi lançado apenas em 2012 e vencido em abril pelo consórcio das empresas Odebrecht Transport, CCR e Invepar, em parceria estendida por 35 anos.

O Prefeito é um entusiasta do investimento. Em, 2014 disse em uma entrevista:

[A Transolímpica] É uma obra importante. É outro túnel no Maciço da Pedra Branca, depois do da Grota Funda. A função durante os Jogos de 2016 será conectar os parques olímpicos da Barra e de Deodoro. O mais importante é que vai reduzir em 80% o tempo de viagem. Para ir do Riocentro até Deodoro, hoje se leva duas horas e meia em um dia bom. Esse tempo vai ser de 30 minutos com o novo BRT<sup>4</sup>.

As facilidades e a rapidez do transporte foram importantes justificativas apresentadas diante dos ônus da obra. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Transolímpica, divulgado em maio de 2012, previa mais de duas mil casas desapropriadas ou removidas ao longo de apenas treze quilômetros. Em Magalhães Bastos, o documento

estimava a extinção de 403 casas<sup>5</sup>. No caso do bairro, era possível ver através das ilustrações do EIA que o traçado atingia as residências vizinhas a terrenos administrados pelo Exército, ociosos à vista desses moradores.

Ao longo dos meses que se seguiram à divulgação do estudo, o número de atingidos pela Transolímpica reduziu em resposta às ações de grupos de moradores de bairros e localidades afetadas<sup>6</sup>. Para compreender como esse processo de negociação se deu em Magalhães Bastos, analiso entrevistas que realizei com integrantes da comissão de moradores do bairro, com o padre da Paróquia São José e com um representante do consórcio administrador da nova via. Essas entrevistas aconteceram entre 2013 e 2015, e escolho identificar quando necessário esses personagens através de seus verdadeiros nomes, porque assim manifestaram vontade alegando nada terem a esconder e por sentirem orgulho de “fazer parte da história” do bairro.

Também lanço mão de levantamentos e análises de reportagens sobre a via expressa, além de vídeos gravados de reuniões entre moradores, administração municipal e representantes do Exército<sup>7</sup>.

Para analisar essas ocasiões de “encontro com o Estado” (Trouillot 2001), entendo o poder como um fenômeno que orienta probabilidades e conduz condutas. Portanto, as dinâmicas políticas são entendidas em negação à ideia de uma “racionalidade interna” do “Estado”. Ao invés de uma leitura normativa ladeada por pressupostos, sigo uma perspectiva de análise que observa a realização do poder por meio de governos, em último sentido sinalizando que “governar é estruturar o campo de ação dos outros” (Foucault 1995:244).

Conceitos como poder, governo, técnica e dispositivo constituem o repertório que utilizo para entender as dinâmicas e gramáticas acionadas em Magalhães Bastos e na produção da “região olímpica de Deodoro” (Davies 2017). Em linhas gerais, parto da ideia de que “o poder só existe em ato”, se materializando em “um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (Foucault 1995:240). Tomando o poder e os fenômenos políticos como formas difusas e eficazes de condução dos outros, esta análise considera em outra medida as resistências políticas como “catalisadores” que permitem “[...] esclarecer as relações, poder localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados”. (Foucault 1995:235).

No caso de Magalhães Bastos, o padre da paróquia do bairro foi importante mediador da comissão de moradores com os representantes da administração pública. Em entrevista feita após a solução para a passagem da via, Núbio afirmou que, para ele, a Transolímpica havia sido uma via-crúcis. Seu discurso associava um episódio da vida de Jesus Cristo ao caso ocorrido no bairro; o termo via-crúcis também está presente na linguagem cotidiana em referência às “vias dolorosas”, os caminhos difíceis da vida que não podem ser desviados. Na fala do padre, a via-crúcis é um exemplo de conduta perante as situações a que somos submetidos e para a qual devemos resignar.

A gramática cristã e a analogia ao “caminho da cruz” podem ser entendidas como uma das faces das dinâmicas políticas acionadas por conta da via sobre o bairro,

relacionada à própria formação urbana da localidade e à importância da Igreja Católica nesses processos. Por essa razão, este artigo apresenta nas próximas seções uma breve história do bairro e da trajetória de resistências feitas por moradores organizados. Através dessas narrativas, pretendo enredar as tramas do caso da Transolímpica e da mobilização para evitação das demolições. Na descrição dessas dinâmicas políticas, o texto pretende ilustrar formas possíveis de governo no curso da “cidade olímpica”, chamando especial atenção à complexidade desses processos e à combinação *in situ* de projetos religiosos e seculares para a condução de condutas.

## 1. O bairro e a área paroquial

O pequeno bairro de Magalhães Bastos tem seu nome em homenagem ao chefe da comissão construtora da Vila Militar, Tenente Coronel Antonio Leite Magalhães Bastos<sup>8</sup>. Teria sido dele a autorização para que os construtores civis da Vila pudessem se fixar e construir casas em um trecho inclinado e lamacento da Fazenda Sapopemba, por volta de 1915..

Entre a Vila Militar e Realengo, a então chamada Vila São José se concentrou em trecho próximo aos currais dos quartéis da Vila em um dos seus limites, no pequeno morro onde hoje se encontra a Igreja São José, o antigo cinema e as primeiras ruas e casas. Os construtores civis e “fundadores do bairro” eram em maioria migrantes nordestinos e também portugueses e espanhóis.

Por conta da falta de estudos sobre a história e a vida do bairro, Rogério fez esforços para reunir registros e contar o que conseguia saber sobre a localidade. Morador do bairro desde os 7 anos, na vida adulta Rogério aproveitou seus contatos na vizinhança e os conhecimentos em *webdesign* para criar em 2000 um site de notícias e informações sobre o bairro; chamava-se *Magalhães Bastos online*.

A pesquisa de Rogério identificou uma figura de destaque no início da vida urbana da localidade, um mestre de obras português de nome Manoel Guina. Teria sido ele um dos entusiastas à construção da capela dedicada a São José Operário (atual Paróquia) e do clube social, inaugurado em 1922 e que no nome também homenageava o santo.

De “vila”, Magalhães Bastos foi crescendo nas décadas seguintes. Com a abertura de novas ruas, o bairro comportou uma indústria de porcelana e serviu de moradia a militares em resposta ao aquecimento das atividades da Vila Militar por conta da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O trânsito de praças e sua fixação, em parte, foram absorvidas pelo bairro. Na configuração física, Magalhães Bastos apresenta hoje uma paisagem de edifícios baixos, a grande maioria residências unifamiliares. O pequeno comércio varejista e de serviços está em todo lugar, especialmente nas ruas principais, por onde também circulam ônibus. Contudo, não há praças e espaços abertos, as possibilidades de lazer e convívio se restringem a campos de futebol, bares, igrejas e as próprias ruas, que em certos momentos são também lugares de conversa entre os adultos e de brincadeira para as crianças.

Nas narrativas de moradores que conheci e com os quais conversei ao longo dos anos da pesquisa, foi explícita a importância atribuída à Igreja São José não só na história do bairro, mas também nas reivindicações por “melhorias”. A permanência do padre João à frente da Paróquia entre 1966 e 2011, ou seja, 45 anos, afetou as formas de mobilização dos moradores e também as suas vidas pessoais. Entre os que conviveram de forma próxima com o Padre e a paróquia alguns se envolveram a partir de 2012 com a “questão da Transolímpica”. Renato, presidente da Associação Comunitária, lembrou que era comum o padre João falar nas missas sobre direitos de cidadania, e que, nesse sentido, “ele ensinou a muita gente sobre essas coisas” – inclusive a ele mesmo.

Outra iniciativa do Padre João (que, na verdade, se chamava John Cribbin e era irlandês) foi o estímulo à formação de associações de moradores, em especial nos anos 1970 e 1980, no contexto de redemocratização do país, em que as associações eram percebidas como formas de reivindicação legítimas às favelas e loteamentos irregulares da região, mas também para os bairros<sup>9</sup>. Em entrevista, Rogério também destacou a atuação do padre na mobilização para construção de escolas técnicas na zona oeste, um movimento de reivindicação iniciado nos anos 1980 e que logrou êxito com a chegada do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em Realengo, a partir de 2004<sup>10</sup>.

Além da atuação política na busca coletiva por “melhorias”, o padre se destacou pela capilaridade na ocupação de Magalhães Bastos. Neste bairro de menos de 25 mil habitantes e 8 mil domicílios (dados de 2010, Cf. DATA RIO, 2017), o sacerdote modernizou a igreja seguindo uma estratégia de presença e consolidação da Igreja no bairro. Como Núbio me relatou, a primeira capela construída pelo padre João está nos limites da área paroquial, em sentido oposto à Paróquia São José; já a última capela, ainda em construção em 2016, se localiza no centro do bairro<sup>11</sup>. Como indicativo de sucesso da ação pastoral de João, o atual padre destaca em nossa conversa a pouca presença de igrejas evangélicas nas circunscrições do bairro.

A formação de pastorais e círculos bíblicos, outro ponto forte e característico da atuação do padre João, deflagrou um modo de aproximação da Igreja com a “comunidade” feito em estreita conexão com as “coisas desse mundo” e, portanto, com “a política”. Nesse sentido, a atuação do Padre João coincidiu com as resoluções de uma “nova forma de ser da Igreja”, que nos anos 1960 trouxe um número considerável de padres estrangeiros ao recém-criado vicariato oeste do Rio de Janeiro. Ao redimensionar sua atuação sobre a cidade, agora não mais Distrito Federal e sim capital do Estado, a Arquidiocese encaminhou à região oeste novos padres no objetivo de orientar e acompanhar esse “povo esquecido”. Nesse movimento, o padre João chegou com outros sacerdotes estrangeiros para cumprir uma “missão”. Pesquisando a chegada desses padres, Lucia Lima considera que:

Juntos [os padres estrangeiros que foram para o vicariato oeste] buscaram novos caminhos pastorais, para ser uma Igreja mais fiel à práxis de

Cristo, ou seja, mais atenta aos problemas e sofrimentos do povo. Com este novo jeito de ser Igreja, foram surgindo em algumas paróquias grupos que se reuniam nas casas (como nas primeiras comunidades cristãs), comparando a realidade local, confrontando com a palavra de Deus e juntos encontrando uma resposta concreta para inverter aquela situação. A Igreja agora se faz presente na vida daquele povo, orientando e articulando a caminhada. (Lima 2009:4).

Orientado por essas propostas, a atuação do padre persistiu aos anos e fez-se presente na rotina dos moradores do bairro, que expandiu e se consolidou, ao passo que a atuação da Igreja esteve articulava a essas dinâmicas. A formação da comissão de moradores em torno da Transolímpica, portanto, é um caso que ilustra a relação próxima entre o bairro e a Paróquia São José.

## 2. A comissão

O caso da Transolímpica revela a mobilização dos moradores por meio da formação de uma comissão, grupo sem corpo diretivo e estatuto, que envolveu nesse caso moradores, membros das igrejas e pessoas sensibilizadas diante das ameaças de mudança no bairro.

Um dos membros da comissão que entrevistei foi o presidente da Associação, Renato. Sargento reformado, veio de Minas Gerais para “servir” na Vila Militar. Por falta de moradia aos praças, viveu desde sempre em Magalhães Bastos. Casado, é avô, tem 65 anos e afirma ser morador do bairro há mais de quarenta anos. Católico, considera que as reflexões suscitadas pelo padre João o desviaram da “mentalidade militar”. Assim, considera a si próprio como uma “melancia”: “verde por fora [militar], vermelho por dentro [comunista]”.

Já Aline é professora e mãe de duas crianças, separada e aproximadamente 45 anos. Além de catequista da Paróquia, é também “cria do bairro” por morar ali “há apenas 40 e poucos anos”. Tal como Renato e Rogério, fez parte da comissão formada por moradores por conta do anúncio da Transolímpica. Ela acredita que sua participação nesse processo ocorreu “de forma natural”, em razão do seu modo de ser: “sempre fui referência para os vizinhos e conhecidos na hora de cobrar direitos”. Aline, por exemplo, tem o contato telefônico pessoal do subprefeito e de outros gerentes de serviços públicos, e não se refuta em ligar para um deles no caso de fazer cobranças. Diz ela que seu jeito enfático por vezes é mal compreendido e tomado como “barraqueira”, mas, em vista da ameaça de desapropriação, foi procurada por muitas pessoas em busca de orientação.

O novo padre do bairro, jovem e também “cria” de Magalhães Bastos, tem entre 30 e 35 anos de idade e é o líder da Paróquia São José desde 2012. Filho de pai militar, reconhece a influência da caserna no convívio familiar. Alguns dos seus sete

irmãos seguiram a carreira do pai, inclusive ele próprio, pois, além de padre, Núbio para é servidor da capelania da polícia militar. Não nasceu no bairro, mas seus avós paternos moraram desde a época da construção da Vila, e ele mesmo está ali desde criança por uma opção da família, que se fixou no local depois da aposentadoria do pai. Como Rogério e Renato, não é “nascido” no bairro, mas mora desde a juventude e foi inclusive acólito, ou coroinha, do padre João por alguns anos.

A comissão de moradores formada em Magalhães Bastos para lidar com a Transolímpica foi formada por aproximadamente quinze pessoas, praticamente todos membros da Igreja São José. Grupo emerso do anúncio de desapropriações, sua formação fez-se na justificativa de organizar ações de articulação e resistência ao projeto tal como previsto, naquela época, pela Prefeitura.

Para evitar as anunciadas demolições, estratégias tomadas pela comissão driblaram uma série de argumentos e resistências. Por um lado, o controle das decisões nas mãos dos comandos militar, e por outro, com o nível executivo municipal, o discurso de “desenvolvimento” e o apelo a argumentos técnicos para “tocar a obra” foram um desafio às possibilidades de mobilização e resistência à iniciativa.

### 3. Os caminhos da via-crúcis

Compromisso assumido na candidatura aos Jogos de 2016 (Rio2016, 2009), a Transolímpica só recebeu contornos mais precisos em maio de 2012, com a divulgação do EIA e de um vídeo publicitário que esclarecia, em *take* de sobrevoo, o percurso da via expressa sobre os bairros<sup>12</sup>.

Naquele momento, alguns moradores já sabiam da possível passagem da Transolímpica. Em 2010, o padre João esteve em reunião “de portas fechadas” com o comando da 1ª Divisão do Exército (DE) e a Prefeitura a fim de acertar o projeto e seu possível percurso pelas terras da Igreja. Apesar dessa conversa, não chegou a ser conhecido por pessoas do bairro e pelo antigo sacerdote um desenho mais acertado da obra.

No curso desse processo, o padre Cribbin saiu de suas funções paroquiais para iniciar um tratamento de saúde. A partir do afastamento e após seu falecimento, em 2011, outros sacerdotes se sucederam na sua função até a designação, em janeiro de 2012, do jovem Núbio à Paróquia.

Núbio recorda que, tão logo assumiu o posto, foi interpelado por vários “pais de filhos chorando” em busca de ajuda, pois, àquele momento, funcionários da administração municipal noticiavam a remoção e marcavam as casas com números. Era o caso dos moradores que não tinham propriedade ou escritura e pediam, por meio do padre, influência e intercessão da Igreja diante da ação da Prefeitura. Como relatado por moradores e pelo padre, as ameaças de remoção aconteceram antes mesmo da divulgação do EIA e de qualquer outro anúncio oficial do desenho da via.

A partir de maio de 2012, o Estudo de Impacto e o vídeo, somados às ameaças de remoção feitas desde o início do ano, tensionaram as relações locais em torno da

construção do projeto. O padre afirma ter tido receio inicial em se envolver com o caso, mas, na época, optou em ingressar na mobilização buscando “deixar D. Orani [Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro] a par” do que ocorria<sup>13</sup>.

Já com a obra licitada, o prefeito foi ao bairro no mês de julho desse ano a convite do padre. No encontro com moradores no salão paroquial da Igreja, procurou tranquilizar afirmando que a Transolímpica passaria integralmente por terrenos em desuso do Exército, naquele momento em negociação com a Prefeitura. O que fazia Eduardo Paes era contradizer o próprio EIA, argumentando que as alterações de traçado, contanto não fugissem de uma margem de 50 metros, prescindiriam de outro estudo e assim a obra poderia começar.

Na reunião com o prefeito, a aprovação do EIA foi considerada por ele como um procedimento burocrático, necessário pela urgência em “tocar a obra” que, em quatro anos, deveria estar pronta para a realização dos Jogos. Sob um traçado indeterminado, o entendimento com o comando da 1ª DE foi acenado como “promessa” da Prefeitura diante dos moradores. Vale lembrar que 2012 foi ano de eleições municipais e, naquele momento, Paes buscava a continuidade da sua gestão. O compromisso com o manejo da via para as áreas administradas pelo Exército foi recebido pelos membros da comissão como uma forma incerta e oficiosa de obter ganhos políticos e evitar perdas eleitorais, acenadas pelo anúncio do desalojo de centenas de casas<sup>14</sup>.

Com o fim das eleições e garantido o segundo mandato do prefeito, em março de 2013 foi publicado no Diário Oficial do município o decreto n. 36.873, sentenciando a desapropriação de 143 imóveis em duas ruas de Magalhães Bastos<sup>15</sup>. Tal ação foi considerada “necessária ao Corredor Transolímpica”.

A partir da sanção do decreto, a Paróquia hospedou, em seus espaços físicos, reuniões regulares da comissão e encontros com representantes da Prefeitura e dos comandos militares. Vale dizer que ao longo de 2013 as reuniões no salão paroquial envolveram mais de mil pessoas, e, como destacado pelo padre, muitos dos presentes não faziam parte da “comunidade religiosa”, expressando a ampliação do alcance pastoral naquele momento. Ainda em março de 2013, o prefeito convidou a comissão de moradores do bairro para uma reunião fechada na sede da Prefeitura, que Rogério pôde registrar em vídeo e compartilhar em seu website. Nesse vídeo<sup>16</sup>, editado e acompanhado de mensagens elaboradas por Rogério, o prefeito faz a seguinte declaração:

A casa da gente não é só um patrimônio financeiro, é a nossa história, nossa vida, onde a gente nasceu, né, a gente sabe o que que é. Então, acaba que tem situações que são situações extremas e que a gente não consegue ter outra alternativa que não de fato desapropriar uma casa de uma pessoa, mas em nenhum caso de desapropriação a gente tem feito a força, no pau. A gente negocia, indeniza direito, faz tudo com muita tranquilidade. Então essa é a primeira coisa que eu quero dizer pra vocês. E nada, nenhuma tese nossa é definitiva... (Eduardo Paes, prefeito).

Na mesma reunião, o prefeito se refere às conversas com o Exército:

[Não] vou sair desapropriando a casa de todo mundo, um bairro super agradável, residencial e tal... Então vou, vamos correr e dar um jeito de jogar esse negócio pra cima das áreas do Exército. Então meti Dilma na história, ministra do Planejamento e tal, e a gente vem negociando com os generais lá há mais ou menos esses dois anos, né, aí a gente conseguiu ir pra cima da PM, né, aquele quartel da PM, e pra cima da área do Exército que na proposta original **não seria isso** [...]. Eu não participei desse debate pessoalmente, dessa negociação [com os militares] pessoalmente (Eduardo Paes, prefeito).

### 3.1 Uma contraproposta “técnica”

Negociações anteriores entre representantes da Prefeitura e do Exército revelavam intransigências por parte dos comandos da instituição militar, e essa dificuldade era a justificativa dos representantes da administração municipal para o traçado da Transolímpica, que recaía sobre quatrocentas casas do bairro. Tal desenho ocorria sem a vontade da administração municipal, afirmava Eduardo Paes na ocasião.

Nesse encontro, o padre foi o primeiro a falar representando a comissão de moradores:

Bom, princípio de tudo, nós... em nenhum momento nós nos colocamos contra a via olímpica [...] A questão é, primeiro, como o senhor disse, tem que ser feito o projeto para obra, mas se tiver às vezes que desapropriar aqui e ali... *Se tivesse que acontecer de passar por ali, desembocar em Magalhães Bastos, mas pra melhoria de todos, tivesse que acontecer essa obra... Paciência.* Se tivesse que ser desapropriado... *Mas a questão é que ali há uma solução. Ali há uma opção, há a área do Exército. Se não tivesse, eu acho que não teria sentido a gente estar aqui* (Núbio, padre, grifo nosso).

Núbio aponta para a “área do Exército” como alternativa às desapropriações e, em seguida, sinaliza para uma solução “técnica”, elaborada pela própria comissão:

Há uma questão assim, que visivelmente você vê no mapa do Rio, a questão mais lógica dos engenheiros explicarem o que é uma via expressa. A via expressa não pode ter curvas porque ela reduz a velocidade... [...] se vier, se ela for direto, inclusive se a questão é passar por cima, a gente... Eu até falei com o senhor, como foi feito ali na Perimetral, passando por área da Marinha [...] A engenharia hoje ela é inteligente, ela sabe pensar nas coisas pra isso, sabe trabalhar pra isso, então de repente

passando ali por cima do quartel, se o problema é com os generais, né, passando por ali, caindo do outro lado [...] o problema todo é o quartel que tem, o 25 Blog [25º Batalhão de Logística], ali tem construções, mas passando por ali, do outro lado é um lugar descampado, tem um mapa... Um jovem fez um gráfico da nossa proposta, você poderia passar agora, antes de passar a palavra (Núbio, padre; grifo nosso).

A “Perimetral 2”, como ficou conhecida a proposta da comissão, era a chance de superar os argumentos técnicos para que essa “solução” acontecesse. Como o padre me disse, esse percurso alternativo foi elaborado por um grupo de “jovens do bairro ligados à igreja e que entendiam de informática”. Para tracejar o novo desenho, os jovens utilizaram imagens de satélite disponíveis no Google Maps. Prontamente encampada pela comissão, a ideia foi batizada com esse nome em analogia à verdadeira Perimetral, via que se elevou por décadas sobre uma unidade militar da Marinha<sup>17</sup>.

A proposta da comissão de moradores foi elaborada em momento seguinte ao decreto, motivada pela divulgação do EIA e do vídeo em 2012. Antes mesmo da primeira atividade pública organizada, a “Perimetral 2” já havia sido apresentada ao prefeito.

Na ocasião, Eduardo Paes recebeu e respondeu à contraproposta não como uma forma de contestação ao trecho licitado pela Prefeitura, mas como outra possibilidade de “evitar o pior” e convencer “os generais” a negociarem as terras. A despeito do EIA e do decreto municipal renunciarem centenas de desapropriações, o prefeito colocava-se outra vez ao lado dos moradores e do padre:

O que eu posso falar é o seguinte: a solução ainda não está dada, ela depende de uma negociação nossa com o Exército e, a partir do pleito encaminhado pelo padre, e enfim, essa reunião aqui, eu já pedi, já determinei aos meus assessores que suspendam esse projeto e que comecem a discutir esse trecho final ali da Transolímpica que passa pela área de vocês e que é a área que preocupa vocês (Eduardo Paes, prefeito).

Ainda que garantisse na ocasião a suspensão do projeto até o logro nas negociações com o Exército, o prefeito admitiu que “esses generais são duros de negociar pra caramba. Todos. A gente sofre com eles”.

Por esse motivo, os membros da comissão mantiveram-se céticos quanto ao que o prefeito poderia fazer. Ao final do vídeo da reunião, Rogério insere na edição uma questão ao espectador: “O Prefeito disse que vai começar a mexer os ‘pauzinhos’ – Será que ele tem a força? – Não acredito!”.

No andamento dos encontros, foi sabido que a “Perimetral 2” seria recusada por alcançar unidades “operacionais e estratégicas”, conforme alegou General Abreu, comandante no momento da 1ª DE. Segundo ele, o 25 Blog era inconciliável com os “riscos” da passagem de uma via suspensa. Além disso, o terreno ocioso vizinho à Igre-

ja – por onde a via passaria conforme a “Perimetral 2” – já estava comprometido com a construção de novos prédios residenciais arrolados à “região olímpica de Deodoro”<sup>18</sup>.

### 3.2 “Caminhadas”, expressões da “vontade popular”

Além da alternativa “técnica”, a divulgação da ameaça de demolição no bairro foi feita pelo Facebook e no website de Rogério, *Magalhães Bastos online*, além da página virtual da própria Paróquia. A divulgação foi uma das primeiras ações do grupo, visando em especial ampliar a sensibilidade pública em torno da situação.

Passeatas e eventos promovidos no bairro traçavam o mesmo objetivo. As “caminhadas” representaram a “vontade popular” para a negociação das áreas do Exército, e duas delas ocorreram em 2013, uma em 6 de abril e outra 15 de junho.

Cada uma das passeatas reuniu aproximadamente quinhentas pessoas, de acordo com estimativas da comissão. Nos dois casos, o grupo escolheu uma manhã de sábado para realizar o percurso entre quatro ruas<sup>19</sup> e menos de três quilômetros, começando e terminando na Paróquia São José. O curioso é que tanto a Igreja quanto o trecho não remetiam à área ameaçada pelo EIA da via. Ao invés disso, laços estreitos entre a comissão e a Paróquia foram vivificados em “caminhadas” pelo bairro e materializados no percurso que tomava a Igreja S” ao José como centro da mobilização e “reduto político”, tal como a atuação do padre João havia caracterizado por mais de quatro décadas.

O segundo ato contou com uma organização mais articulada. Por registros em vídeos e fotos, os membros da comissão vestiam camisas brancas confeccionadas com os dizeres “OPERAÇÃO CONTRA AS DESAPROPRIAÇÕES EM MAGALHÃES BASTOS – EU APÓIO”. A mensagem emulava graficamente as campanhas do governo estadual “OPERAÇÃO LEI SECA – EU APÓIO”<sup>20</sup>.

Camisas, cartazes e faixas elaboradas pela comissão eram inspiradas em práticas e símbolos do Estado, ainda que combinando esferas e níveis variados. Em placas erguidas por membros do grupo, o nome do bairro era apresentado pela reprodução dos informes da Supervia, inclusive apresentando o percurso do ramal, da Central (do Brasil) a Santa Cruz.

Outro símbolo que protagonizou esse material gráfico identificava a Prefeitura do Rio a partir de seu símbolo oficial, adicionando a ele um trator que embaralhava as letras R, I, O, em clara referência à demolição das casas. Nesse sentido, a gramática acionada pela comissão apontava a Prefeitura, a partir do agenciamento dos seus próprios símbolos como responsável pela possível expulsão de moradores.

O que esses elementos da *performance* indicam é para a correspondência estética entre a reivindicação dos moradores e as agências e instâncias estatais. Ao atrelar suas reivindicações a um conjunto de repertórios gráficos, a comissão apresentou na cena da rua uma linguagem governamental, de tipo estatal, para encenar a expressão de suas reivindicações. As formas (placas, camisas) , portanto, se ajustaram ao

mesmo tempo às causas (“suspensão das desapropriações”, “negociação das terras do Exército”) às dimensões do “Estado” (“Supervia”, “Prefeitura”) e ao cumprimento das leis (“Lei Seca”).

No final do texto, proponho uma leitura sobre as mobilizações em torno do caso e retomo a linguagem pública assumida pela comissão, mas antes destaco outra estratégia, as articulações entre o grupo e parlamentares federais.

### 3.3 Mediação dos deputados e o encontro com o general

As duas “caminhadas” foram consideradas pelos membros da comissão como “atos pacíficos”. O padre ressaltou que, para a realização dos eventos, houve contato e autorização prévia da polícia militar, da administração regional da Prefeitura e do próprio Exército. Núbio e outros membros da comissão consideraram que não houve desrespeito às autoridades municipais e militares e que tudo ocorreu de forma “ordeira”. Em especial, o padre relacionou as características de “paz” ao “sucesso” posterior nas negociações e na suspensão das demolições.

Uma diferença entre as “caminhadas” de abril e junho foi a presença de um parlamentar. Àquela altura, a comissão já havia acionado alguns políticos a fim de mediar as relações com os comandos do Exército, em especial deputados federais. Na comissão, outros membros, junto com o padre, articularam a participação dos parlamentares Alessandro Molon, Luiz Sérgio e Chico Alencar nesse processo. Em comum, esses políticos eram filiados a partidos de “esquerda” (Molon e Luiz Sérgio do Partido dos Trabalhadores – PT, e o **último** do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) e possuíam uma sorte de relações com a Igreja Católica.

Na passeata de junho, Chico Alencar era o político presente. Sua trajetória pessoal relaciona-se à militância na Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), quando em 1988 foi eleito vereador pela primeira vez<sup>21</sup>. Uma das moradoras é assessora do deputado, e os outros dois parlamentares (Molon e Luiz Sérgio) foram acionados pelo próprio padre. Àquele momento, Molon era membro da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o Legado da Copa e dos Jogos Olímpicos e, junto com outros parlamentares, teve a função de discutir e fiscalizar o legado que os eventos esportivos deixariam para o país<sup>22</sup>.

As articulações entre a comissão de moradores e os parlamentares federais, a partir especialmente da mediação de integrantes da Igreja Católica, foi a ação considerada pelos membros da comissão como a estratégia mais exitosa para as negociações, considerada responsável direta pelo resultado positivo das reivindicações. Diante da negação veemente do General Abreu, uma possibilidade acenada pelo grupo foi a interlocução direta com o Comandante-geral do Exército Brasileiro, cargo máximo da corporação, ocupado até 2014 pelo General Enzo Peri.

Com o patrocínio de comerciantes locais, em 25 de junho de 2013 Renato e Rogério juntaram-se a uma comitiva rumo a Brasília para o encontro com a autori-

dade militar. Os dois representavam junto com o padre a comissão de moradores e, além deles, os deputados Alessandro Molon, Luiz Sérgio, Chico Alencar e o vereador Marcelino de Almeida estiveram na reunião. O objetivo do encontro era negociar a liberação de terras e, quem sabe, a aprovação do traçado proposto pelos grupo de moradores, a “Perimetral 2”.

No encontro que não pôde ser gravado por Rogério, o General aparentou aos entrevistados estar sensível ao caso. Em publicação no seu website, Rogério escreveu:

Segundo o comandante [General Enzo Peri], o mesmo disse que não tinha conhecimento da nossa proposta, ou seja, não apresentaram o projeto que tinha sido acordado com os moradores de Magalhães Bastos, mas deixou claro que o Exército está disposto a remover algum de seus prédios ou equipamentos e que a proposta tem que ser boa para todos (moradores e o Exército). Pude ver que realmente o Exército está disposto a facilitar o acesso as áreas de quartéis próximos onde a via expressa poderá passar (Rogério<sup>23</sup>).

No fim da reunião, o compromisso do Comandante com os presentes foi a busca por um traçado alternativo, fruto de um estudo “mais adequado” à minimização dos impactos para Magalhães Bastos. Para isso, o General iria acionar os engenheiros da corporação para a elaboração de um novo traçado, que seria apresentado em momento breve.

#### 4. A via vai percorrer o bairro

No dia 1º de julho de 2013, o prefeito iniciou o encontro com os moradores do bairro afirmando que “a sensação de angústia já passou”, visto que há semanas atrás uma negociação foi acenada pelo Comando-Geral do Exército. Mesmo com a “solução” em vista, as tensões em torno do caso ainda eram grandes. Àquela altura, o 11º Batalhão da Polícia do Exército já havia sido cedido, mas uma parte do 25º Batalhão de Logística e do 1º Parque de Manutenção não estavam sendo cogitados para cessão por conta da justificativa de que eram “unidades operacionais” e “estratégicas”.

Na reunião do dia 8 de julho de 2013, o General Abreu defendeu a permanência do Batalhão Logístico, dando o tom do discurso “duro” do Exército e confirmando a continuidade da “angústia” dos moradores:

Não queiram dilapidar o nosso *patrimônio* que eu viro o bicho, nós já cedemos, cedemos muito [...]. Eu assumi o comando aqui há um ano e meio, já vi uma definição do traçado que não levava essa discussão porque ele passava desapropriando pelas casas, [...] lembrando a Igreja foi doada pelo Exército, *o terreno da Igreja foi doado pelo Exército, tudo isso aqui é área da Vila Militar [...]* Isso aqui é área nossa, área federal, área do

*Exército. Somos proprietários e estamos cedendo o que é nosso para atender. É preciso que os senhores entendam isso [...] Estão querendo mais do que o dono do terreno que somos nós [...]. A impressão que eu tenho é que estão querendo diminuir o tamanho da nossa Vila Militar (Abreu, general, grifo nosso).*

Os receios por conta das difíceis negociações anteriores levaram os membros da comissão a suspeitar dos representantes do Exército e da Prefeitura, e no mês de agosto optaram por acionar a Defensoria Pública estadual no objetivo de obter esclarecimentos sobre o atual traçado da obra e sua consolidação nos planejamentos da Prefeitura.

Em resposta, em 14 de setembro de 2013 o prefeito voltou a Magalhães Bastos para apresentar o novo traçado em audiência pública. A revisão do EIA contemplou alterações que se mantiveram em margem de proximidade ao antigo traçado e, portanto, prescindia a realização de novo estudo. Foram acenadas nove desapropriações para o bairro, a maioria não residenciais. Aquelas que foram publicadas em Diário Oficial há seis meses, enfim, não seriam realizadas.

Os comandos do Exército não negociaram outras terras, e por fim o salão paroquial da Igreja foi cedido à construção da via como forma de evitar as desapropriações naquele trecho. Núbio assentiu à passagem do novo traçado e, em contrapartida, a Prefeitura prometeu reconstruir o salão em terreno ali próximo, negociado com os militares.

Ao final, a contrapartida da Prefeitura ao Exército envolveu a reconstrução de 24 casas de soldados e a indenização de 20 milhões de reais pela completa demolição do 11º Batalhão de Polícia do Exército, conforme cifra divulgada pelo jornal *O Dia*<sup>24</sup>. O valor das outras unidades militares negociadas não foi sabido.

Em agosto de 2015, foi celebrada na Paróquia São José uma missa especial pelo centenário do bairro de Magalhães Bastos. O padre Núbio conduziu a solenidade em parceria com o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, e com a presença do prefeito Eduardo Paes e a apresentação de uma banda de música do Exército.

Na ocasião, Rogério foi convidado a fazer um relato sobre sua pesquisa a respeito do bairro. Dom Orani aproveitou para falar da “luta” contra as desapropriações e do logro apesar da perda do salão paroquial. Já o prefeito lançou mão da celebração para anunciar o nome das duas estações de BRT que passariam a existir no bairro: uma delas seria Padre John Cribbin em homenagem ao padre irlandês, e a parada principal, vizinha à estação de trem, seria batizada de “São José de Magalhães Bastos”, mesclando o antigo nome da vila e o atual nome do bairro, reforçando a importância da Igreja na localidade. Uma imagem do santo enfeitaria a estação.

## 5. Considerações finais

Os membros da comissão de moradores de Magalhães Bastos, majoritariamente integrantes da Paróquia São José, percorreram diferentes espaços de reivindicação en-

gajados pela ideia de “missão de vida”, articulada pelo pensamento e a práxis religiosa em sua interface com as populações “pobres” das “periferias”. Os laços entre Igreja e “movimento popular” estão historicamente atrelados à corrente da Teologia da Libertação e à realização do Concílio Vaticano II em 1961, e se desdobram na atualidade em iniciativas como a mobilização para lidar com as ameaças da Transolímpica.

Ao mesmo tempo, comandos militares e representantes da Prefeitura revelaram condutas nada transparentes aos governados. Ao invés disso, práticas de fato autoritárias e mecanismos complexos de controle e coerção foram dispostos às possibilidades de crítica.

O fato de as conversas prévias ao traçado terem envolvido apenas o antigo padre, o comando militar e a administração municipal, por exemplo, deixou em evidência o não reconhecimento da categoria “morador” nos processos de decisão dinamizados pela construção da Transolímpica. Justificada pela realização do megaevento, a via não foi discutida abertamente em relação à sua importância para os moradores, muito menos em relação aos detalhes da sua passagem.

Além de conectar duas “regiões olímpicas”, a Transolímpica foi apresentada discursivamente como um “legado” para “mobilidade” da cidade. Um trajeto antes feito em duas horas e meia seria reduzido para meia hora. Quanto a essa “melhoria”, quem poderia se posicionar de forma contrária?

Analisando projetos de desenvolvimento regional em Lesoto, James Ferguson (2006) chama a atenção para os efeitos “antipolíticos” que investimentos sob essa rubrica atingem na cena pública. Segundo ele, a retórica “despolitizada” tecida por meio de argumentos “técnicos” busca legitimar, no discurso dos seus promotores, a solução sobre aquilo que encontra um certo consenso: ante a redução do tempo no trânsito e o aumento da qualidade de vida das pessoas, quem há de se opor a uma via expressa? E se o fizer, como?

Uma das possibilidades configuradas neste contexto é a elaboração de “contra-propostas técnicas” pelos próprios atingidos, como a que a comissão elaborou e batizou de “Perimetral 2”, por batismo atestando a sua viabilidade prática. Essa mesma iniciativa foi apresentada por outras organizações de moradores perante os traçados das vias de BRT e as ameaças de desapropriação e remoção nos anos pré-olímpicos do Rio de Janeiro. Na implantação da Transcarioca, associações de bairros como Vaz Lobo (Gonçalves 2013), Penha e Olaria elaboraram projetos alternativos aos previstos por estudos oficiais, causando efeitos práticos e reduzindo o impacto da via sobre as localidades: inicialmente (seriam 3.600 desapropriações para criação desse BRT, e, ao final, foram apenas 887<sup>25</sup>). A Transolímpica também foi alterada em outros pontos por conta da mobilização dos moradores afetados. Um exemplo foi a Vila União de Curicica, favela de Jacarepaguá que teria novecentos imóveis removidos, e, no fim, foram 191, uma redução de 78%<sup>26</sup>. Nesses casos, as alternativas foram elaboradas pelos próprios moradores, que sugeriram as alterações no percurso a partir do uso de áreas vizinhas, tal como em Magalhães Bastos.

Ao mesmo tempo em que é a principal estratégia de mobilização diante da linguagem “técnica” e “despolitizada” dos projetos de “desenvolvimento”, a elaboração de “contrapropostas” tem dificultado a formulação dessas reivindicações e o desdobramento dessas negociações. Outro fator de obstáculo é o que Ribeiro e Olinger (2013) definiram como “contexto de esgarçamento da máquina pública”, ou seja, a sobreposição de autoridades e organizações no exercício de atividade pública e na interface com a população. Os autores identificaram esse “contexto de esgarçamento” no processo de retomada das políticas de “remoção” das favelas cariocas, no final dos anos 2000, mas proponho pensar que esse quadro também se constitui no caso da Transolímpica em Magalhães Bastos e em muitas outras situações que envolvem “moradores” e “Estado”. Nesses casos e em cada um deles em particular, as instâncias que se apresentam são múltiplas e seguem diferentes ordens e lógicas, “articuladas por coalizões controladoras de centros de decisão que funcionam segundo os interesses que comandam cada uma delas” (Ribeiro e Olinger 2013:345).

Grupos de moradores, portanto, têm lidado com o “Estado” dentro de um quadro complexo de “debate despolitizado”, feito por meio de termos técnicos e sob diferentes agências, que decidem politicamente por si mesmas e de acordo com seus interesses.

Figura central nas dinâmicas políticas em torno da Transolímpica em Magalhães Bastos, Padre Núbio faz uma leitura retrospectiva que relaciona a mobilização feita pela comissão ao “caminho da cruz”, aproximando as iniciativas da comissão no trato com o “Estado” ao percurso do “sacrifício” de Jesus Cristo. Do pretório ao Calvário, as paradas ou estações da via-crúcis ilustram os momentos de medo e também de socorro ao “Cordeiro de Deus”. Àquela altura, o destino já estava sentenciado, e resignar-se ao seu cumprimento é o que se espera de uma vida de missão e devoção.

Lendo esses processos como relações de poder, é possível considerar que os governos se articulam a fim de ordenar probabilidades e conduzir condutas. Para tanto, certas combinações envolvem e fazem colidir projetos e lógicas religiosas, seculares, militares e empresariais. Esta complexidade de agências, gramáticas e dinâmicas é que dá forma aos projetos urbanos e as formas de governo de populações e territórios.

A ideia de “mistura” foi utilizada por Machado (2013) em referência à política de “pacificação” das favelas cariocas no contexto recente. Considera a autora que, diante da justaposição de agências, sentidos e repertórios que compõem esse programa público, os governados reconhecem a multiplicidade e conseguem atuar por meio dela. No caso das favelas “pacificadas”, a “mistura” governa para a reversão de certas imagens e para a produção de uma nova forma de subjetividade, o “pacificado”.

Para lidar com a Transolímpica no bairro, a comissão também atuou a partir do reconhecimento das “misturas” que conduziram as condutas e as possibilidades de mobilização e resistência. Pela leitura do padre Núbio, por exemplo, as posturas “pacíficas”, “ordeiras” e “respeitosas” foram entendidas como estratégia essencial para o logro da reivindicação, porque revelam em primeira mão o reconhecimento de todas essas agências.

Além disso, articulações feitas a partir da Igreja Católica revelam um modo de governo articulado por sacerdotes e do qual também participam moradores da localidade e uma sorte de parlamentares. Configurado como uma forma de pastorado na leitura de Foucault (2008), esse governo conduziu a população como um rebanho, orientado por uma espécie de poder “benfazejo” justificando a “salvação” de todos e de cada um. O poder pastoral seria um “poder de cuidado” e a “salvação” implica “[...] antes de mais nada e essencialmente, nos meios de subsistência” (Foucault 2008:170). Seria um poder de “zelo”, portanto, que exige às vezes do pastor a necessidade de “sacrifício” para a “salvação” do grupo.

Ao representar a mobilização no bairro como via-crúcis, Núbio faz uma leitura importante sobre o seu papel como líder religioso e “comunitário”. Ao governar visando à suspensão das demolições, o jovem sacerdote produziu sobre ele mesmo o “sacrifício” para a “salvação do rebanho”. Se o pastorado é um sistema de governo em que “o pastor deve tudo ao seu rebanho, a ponto de aceitar sacrificar-se pela sua salvação” (Foucault 2008:172), a via expressa então se converteria em uma “cruz” para a Paróquia São José.

Além do “sacrifício do bom pastor”, outro elemento que resulta das estratégias adotadas pela comissão e para o qual gostaria de chamar a atenção é a tendência à “estatização contínua das relações de poder” (Foucault 1995:235). A contraproposta da “Perimetral 2”, o material gráfico elaborado para as “caminhadas”, a articulação com os parlamentares e a própria saída a partir do encontro com o comandante-general do Exército são ações que parecem conduzir às possibilidades de se mobilizar em direção às formas “[...] elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (Foucault 1995:247).

A centralidade do “Estado” é fator comum a grande parte das sociedades contemporâneas, invariavelmente atravessando as negociações em Magalhães Bastos. A descrição e a análise desse caso revelam a materialidade desse processo, com especial destaque ao recurso ao poder pastoral como técnica do “Estado moderno”, aqui exercido pela Paróquia nas relações com os moradores do bairro. Ao focalizar a comissão local e suas estratégias, foi possível pensar os processos de convencimento e produção de subjetividades no contexto de transformações urbanas para os megaeventos.

O “sacrifício” do salão da Igreja aprofundou os limites entre o bairro civil e a vila militar, deixando inscrita na paisagem a mensagem de “missão” cumprida pela Igreja. O desfecho foi moralmente positivo ao padre, à Paróquia e a alguns de seus membros, que se fortaleceram no caminhar da via-crúcis que conduziu o percurso do bairro sobre a via expressa.

## Referências Bibliográficas

- COELHO, Maria Claudia et al. (2013), “Autoridade policial, riso e polidez – notas sobre interações entre policiais e cidadãos na Operação Lei Seca no Rio de Janeiro”. *Análise Social*, nº 209: 900-920. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_209\\_d04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_209_d04.pdf). Acesso em: 01/03/2015.

- DAVIES, Frank Andrew. (2017), *Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UERJ.
- DOIMO, Ana Maria. (1995) *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- FERGUSON, James. (2006), “The Anti-Politics Machine”. In: A. Sharma; A. Gupta (eds.) *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell Publishing.
- FOUCAULT, Michel. (1995), “O sujeito e o poder”. In: P. Rabinow; H. Dreyfus (orgs). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2008), *Segurança, Território, População: Curso Dado no College de France 1977- 1978*. São Paulo: Martins Fontes.
- GAFFNEY, Christopher. (2014), “Fronteiras, Barreiras e Mobilidades: problematizando o projeto olímpico no Rio de Janeiro”. In: M. J. G. Sant’Anna & A. P. Santos (orgs.). *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XX*. Rio de Janeiro: Gramma.
- GIFFALI, Samantha. (2015), *A produção do espaço entre muros da Colônia Juliano Moreira: a construção de um bairro da baixada de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRJ.
- GONCALVES, José Reginaldo Santos. (2013), “The dark side of the moon: heritage, memory and place in Rio de Janeiro, Brazil”. *Vibrant*, vol. 10, nº 1: 190-207.
- LIMA, Lucia M. C. (2009), *Comunidades Eclesiais de Base no Rio de Janeiro. A experiência dos Círculos e das CEBs no Vicariato Oeste do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Monografia em Teologia, PUC-Rio.
- MACHADO, Carly. (2013), “‘É muita mistura’: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro”. *Religião & Sociedade*, vol. 33, nº 2: 13-36.
- MIAGUSKO, Edson. (2012), “Antes da Copa, depois do Pan. O Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos”. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 2, 395-408.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. (2012), *Estudo de Impacto Ambiental para as obras de implantação do corredor viário Transolímpico – volume 1*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Obras. Disponível em: [http://p-web01.mp.rj.gov.br/Arquivos/RAP/EIA\\_TRANSOLIMPICA.pdf](http://p-web01.mp.rj.gov.br/Arquivos/RAP/EIA_TRANSOLIMPICA.pdf). Acesso em: 01/03/2015.
- \_\_\_\_\_. (2013), DECRETO Nº 36873, DE 12 DE MARÇO. *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona (Corredor Transolímpica)*. Disponível em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=52613](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=52613). Acesso em: 01/10/2017.
- RIBEIRO, Luiz Carlos de Q.; OLINGER, Marianna. (2013), “A favela na cidade-commodity: desconstrução de uma questão social”. In: M. A. Mello et al. (orgs.). *Favelas cariocas – ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond.
- RIO 2016 (Comitê organizador do Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016). (2009), *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016*. Documento oficial disponível em: [http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie\\_de\\_candidatura\\_v1.pdf](http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf). Acesso: 01/03/2015.
- TROUILLOT, Michel (2001), “The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind”. *Current Anthropology*, vol. 42, nº 1, 125-138.

## Jornais consultados

- BASTOS, Isabela. (2012), “Mudanças nos traçados dos BRTs reduzem número de desapropriações”. *O Globo* (on-line), 02 out. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mudancas-em-tracados-de-brts-reduzem-numero-de-desapropriacoes-6255676>. Acesso: 01/03/2015.
- COSTA, Célia. (2010), “BRT da Transolímpica deverá transportar 100 mil passageiros por dia”. *O Globo* (on-line), 17 maio 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/transito/brt-da-transolimpica-devera-transportar-100-mil-passageiros-por-dia-3006959>. Acesso em: 01/03/2015.

- NASCIMENTO, Christina. (2014), “Maior área militar da América Latina vai abrir espaço para passagem do BRT”. *O Dia*, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-22/maior-area-militar-da-america-latina-tera-demolicoes-para-abrir-brt.html>. Acesso em: 01/10/2015.
- O GLOBO. (2014), “Novo BRT vai conectar parques de Deodoro e Barra”. *O Globo*, 17 set. 2014. Disponível em: [http://www.ademi.org.br/article.php?id\\_article=59321](http://www.ademi.org.br/article.php?id_article=59321). Acesso em: 01/03/2015.

### Sites consultados

- DATA RIO. Data Rio (Armazém de Dados/Instituto Pereira Passos). Disponível em: <http://www.data.rio/>. Acesso em: 01/10/2017.
- MAGALHÃES BASTOS ONLINE. *Magalhães Bastos online*. Disponível em: [www.magalhaebastos.com.br](http://www.magalhaebastos.com.br). Acesso em: 03/01/2015.
- PARÓQUIA SÃO JOSÉ DE MAGALHÃES BASTOS. *Paróquia São José de Magalhães Bastos*. Disponível em: <http://www.saojosemb.com/p/sao-jose.html>. Acesso: 01/10/2015.
- SILVA, Rogério. (2013), “Moradores de Magalhães Bastos vão a Brasília em reunião com o Comandante do Exército e recebem sinal verde para execução da proposta de um novo traçado”. *Magalhães Bastos online*, 28 jun. 2013. Disponível em: <http://www.magalhaebastos.com.br/moradores-de-magalhaes-bastos-va-a-brasilia-em-reuniao-com-o-comandante-do-exercito-e-recebem-sinal-verde-para-execucao-da-proposta-de-um-novo-tracado/>. Acesso: 01/10/2015.
- TV GLOBO. (2015), RJTV. Edição 07 ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1JB9PvX>. Acesso em: 23/08/2015.
- WALDRON, Ian. (2014), “Anúncio de Mudança na Rota do BRT TransOlimpica na Vila União de Curicica: Boa Notícia ou Cavalos de Tróia?”. *Rio On Watch*, 29 dez. 2014, tradução por Roseli Franco. Disponível em: <http://riononwatch.org.br/?p=13198>. Acesso em: 01/03/2015.

### Vídeos consultados

- ESCOLA DE LUTA. (2012), *Em sobrevoo, engenheiro explica trajeto da Transolímpica Em 13 01 2012*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxnUIDPMReU>. Acesso em: 01/10/2015.
- MAGALHÃES BASTOS. (2013), *Reunião com o Prefeito Eduardo Paes sobre a Transolímpica e as desapropriações em Magalhães Bastos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KkvQ1zmxPGw>. Acesso em: 20/01/2015.

### Foto consultada

- SILVA, Rogério. (2015), “Imagem de sobrevoo da Transolímpica em trecho que atravessa os bairros Magalhães Bastos (à direita) e Vila Militar (à esquerda)”. *Facebook*, 08 ago. 2015. Disponível em: <http://on.fb.me/1U9Bs6f>. Acesso em: 23/08/2015.

### Notas

- <sup>1</sup> Diferentemente de outros corredores de BRT da cidade (Transoeste, Transcarioca e Transbrasil, este último ainda em construção), a Transolímpica não é apenas acesso exclusivo a ônibus, mas uma nova via sem sinais e interrupções ao tráfego. São seis faixas (três para cada sentido), percorrendo bairros e o Parque Estadual da Pedra Branca, cortando montanhas (serão dois túneis) e derrubando hectares de mata que, segundo o governo municipal, serão replantadas no mesmo Parque.

- <sup>2</sup> A Transolímpica, a Transcarioca, a Transoeste e a Linha 4 do metrô, por exemplo, já estavam previstas no Plano Viário da cidade, elaborado pela Secretaria Municipal de Transportes em 1999. No documento, as vias têm outros nomes, mas em comum conectam várias partes da cidade à Barra da Tijuca, acenada como novo centro metropolitano e “coração dos Jogos de 2016”. Cf. Gaffney (2014).
- <sup>3</sup> O GLOBO (on-line). “BRT da Transolímpica deverá transportar 100 mil passageiros por dia” (17/05/2010). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/transito/brt-da-transolimpica-devera-transportar-100-mil-passageiros-por-dia-3006959>. Acesso em: 01/03/2015.
- <sup>4</sup> O GLOBO. “Novo BRT vai conectar parques de Deodoro e Barra” (17/09/2014). Disponível em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=59321](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=59321). Acesso em: 01/03/2015.
- <sup>5</sup> Cf. Prefeitura do Rio de Janeiro (2012:392).
- <sup>6</sup> “Bairros” porque as mobilizações se fizeram em torno da condição de residentes de determinadas localidades, e não como “atingidos pela obra”, em sentido geral. A mobilização em torno da Transolímpica na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, foi tema de investigação de Giffali (2015).
- <sup>7</sup> Esse material audiovisual foi produzido por Rogério, membro da comissão.
- <sup>8</sup> A Lei Municipal 3.755 de 20/05/2004, de autoria do vereador Rubens Andrade (PSB), foi sancionada pelo prefeito César Maia e determina a criação da Semana de Magalhães Bastos entre os dias 27 de agosto e 2 de setembro. Além da inclusão da celebração no Calendário Oficial de Eventos da cidade, a lei determina que “devem ser incluídos debates e audiências públicas que tratem de temas específicos de interesse público e local”.
- <sup>9</sup> Nesse período, a participação da Igreja Católica através de padres, membros de pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na organização das associações de moradores de cidades brasileiras foi tema de vários estudos sobre os “movimentos sociais”. Em uma análise retrospectiva, Ana Maria Doimo (1995) classifica esses religiosos como um dos agentes do “campo ético político” do “movimento popular”.
- <sup>10</sup> As duas unidades de ensino funcionam em terrenos antes ociosos do Exército, em Realengo, mas o primeiro ano de funcionamento da unidade do Colégio Pedro II aconteceu em prédio de propriedade da Paróquia São José, na localidade conhecida como Capelinha, em Magalhães Bastos. Esse “improviso” se deu pela falta de um espaço público adequado, o que inviabilizaria o início – e quiçá a continuidade – do projeto de instalação da unidade Realengo desse colégio federal.
- <sup>11</sup> De acordo com o website da Paróquia São José de Magalhães Bastos, “[...] a Paróquia foi se expandindo entre morros e asfaltos, loteamentos e favelas e daí surgiram as Capelas Cristo Rei, Cristo Libertador, Nossa Senhora Mãe do povo, Santo Eugênio, Nossa Senhora do Brasil, Santa Clara, Nossa Senhora Estrela da Evangelização e Beato João Paulo II, Santo Antônio de Santanna Galvão e Nossa Senhora da Conceição Aparecida, todas elas dentro dos limites da Paróquia, e a Capela Bom Pastor no conjunto penitenciário Esmeraldino Bandeira, também construída com recursos paroquiais”, todas por iniciativa do padre João. Disponível em: <http://www.saojosemb.com/p/sao-jose.html>. Acesso: 01/10/2015.
- <sup>12</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxnUIDPMReU>. Acesso em: 01/10/2015.
- <sup>13</sup> É conhecida a aproximação pessoal entre o arcebispo e o prefeito, relação explicitada na organização e no transcurso da Jornada Mundial da Juventude, evento internacional católico que ocorreu na cidade em 2013. À ocasião, o papa recém-empossado, Francisco, esteve no Rio de Janeiro.
- <sup>14</sup> Essa leitura das intenções do prefeito está expressa em vários websites e páginas em que os moradores e as instituições expressam a experiência com a Transolímpica. Cf. Homepage da Paróquia São José <http://www.saojosemb.com/p/noticias.html>, e “Magalhães Bastos online”, organizada por Rogério, membro da comissão: [www.magalhaesbastos.com.br](http://www.magalhaesbastos.com.br). Acesso em: 03/01/2015.
- <sup>15</sup> A desapropriação em menor número do que o previsto não revela uma alteração no plano, mas a estratégia de anunciá-la em diferentes momentos, possivelmente amortecendo as resistências ao projeto. Cf. PREFEITURA..., 2013.
- <sup>16</sup> Link para acesso ao vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=KkvQ1zmxPGw>. A reunião é de março de 2013, sem data especificada. Acesso em: 20/01/2015. As falas a seguir são transcritas desse material. Identificarei os autores em parênteses ao final das afirmações.

- <sup>17</sup> A Perimetral era a via expressa suspensa que ligava o Aterro do Flamengo (acesso à Zona Sul e ao centro do Rio) às principais saídas da cidade (Avenida Brasil, Ponte Rio-Niterói, Linha Vermelha) e às zonas norte e oeste. Foi inaugurada em 1960 e demolida em 2014. A unidade militar que os moradores comentam é o Comando do 1º Distrito Naval da Marinha do Brasil.
- <sup>18</sup> Ao lado da Igreja, foi construído um conjunto de prédios que serviu de vila de tratadores de animais do Centro de Hipismo, um total de 72 apartamentos que depois fará parte do patrimônio do Exército, os PNRs, Próprios Nacionais Residenciais.
- <sup>19</sup> As ruas são General Canrobert da Costa, Carinhonha, Correa Seara e voltando, ao final, à rua Salustiano Silva.
- <sup>20</sup> A Operação Lei Seca é uma prática de fiscalização da alcoolemia de condutores de veículos, mas além disso possui uma dimensão espetacular dada pelos seus meios de se fazer pública. Para uma análise sobre a performance das blitzes da Lei Seca, ver Coelho et al. (2013:902).
- <sup>21</sup> **À época**, era filiado ao PT quando, em seu primeiro mandato de deputado federal, se desfilhou do Partido após os escândalos de corrupção no início do governo Lula (2003).
- <sup>22</sup> A comissão de parlamentares da Câmara de Deputados foi aberta em 2011, presidida por Alessandro Molon (PT-RJ) e compostas pelos deputados Arolde de Oliveira (DEM-RJ), Liliam Sá (PR-RJ), Filipe Pereira (PSC-RJ), Vitor Paulo (PRB-RJ), Marcelo Matos (PDT-RJ) e Glauber Braga (PSB-RJ).
- <sup>23</sup> Disponível em: <http://www.magalhaesbastos.com.br/moradores-de-magalhaes-bastos-va-o-a-brasilia-em-reuniao-com-o-comandante-do-exercito-e-recebem-sinal-verde-para-execucao-da-proposta-de-um-novo-tracado/>. Acesso: 01/10/2015.
- <sup>24</sup> O DIA. Maior área militar da América Latina vai abrir espaço para passagem do BRT. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-22/maior-area-militar-da-america-latina-tera-demolicoes-para-abrir-brt.html>. Acesso em: 01/10/2015.
- <sup>25</sup> O GLOBO (on-line). “Mudanças nos traçados dos BRTs reduzem número de desapropriações” (02/10/2012). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mudancas-em-tracados-de-brts-reduzem-numero-de-desapropriacoes-6255676>. Acesso: 01/03/2015.
- <sup>26</sup> RIO ON WATCH. “Anúncio de Mudança na Rota do BRT TransOlimpica na Vila União de Curicica: Boa Notícia ou Cavalo de Tróia?” (29/12/2014). Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=13198>. Acesso em: 01/03/2015.

Recebido em 22 de novembro de 2016.

Aprovado em 19 de outubro de 2017.

**Frank Andrew Davies** (daviesfr@gmail.com)

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Pesquisador do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana e CEVIS – Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade Urbana, ambos da UERJ. Atualmente é Professor do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ).

**Resumo:**

---

**Via-crúcis, via expressa: dinâmicas políticas e gramáticas religiosas na passagem da Transolímpica**

Este artigo apresenta e analisa a mobilização motivada pela Transolímpica em seu percurso previsto por Magalhães Bastos, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Entrevistas, documentos e registros de reuniões envolvendo moradores e agentes do “Estado” entre 2012 a 2015 destacam as estratégias e gramáticas articuladas por uma comissão local interessada em impedir a demolição de centenas de casas no bairro. Por meio desse caso, as dinâmicas e técnicas de governo da “cidade olímpica” são colocadas em questão, chamando atenção para a complexidade desses processos e a combinação *in situ* de projetos religiosos e seculares, trançados em contextos locais e através de determinadas relações de poder.

**Palavras-chave:** política; cidade; megaeventos; Transolímpica; Rio de Janeiro.

**Abstract:**

---

**Via-crúcis, freeway: political dynamics and religious grammars in the way of Transolímpica**

This article presents and analyzes the mobilization motivated by the Transolímpica in its course through Magalhães Bastos, a neighborhood of the western zone of Rio de Janeiro. Interviews, documents and records of meetings involving residents and agents of “state” between 2012 and 2015 highlight the strategies and grammars articulated by a local commission interested in preventing the demolition of hundreds of houses in the neighborhood. Through this case, dynamics and techniques of government of the “Olympic city” are highlighted, drawing attention to the complexity of these processes and the combination *in situ* of religious and secular projects, articulated in local contexts and through certain power relations.

**Keywords:** politics; cidade; mega events; Transolímpica; Rio de Janeiro.